



Recibe em ...
Ajomos! hje ...
À DSATS

VPAR/PSD

PETIÇÃO Nº 345/XIII/2^{av}

Ent.: 577960 Língua Gestual Portuguesa (LGP)

Não adiem a justa criação do grupo de recrutamento 26-VI-2017

Completam-se, em 2017, vinte anos sobre o reconhecimento, pela Constituição da República Portuguesa (CRP), da Língua Gestual Portuguesa (LGP) como a terceira língua oficial de Portugal.

Nas escolas onde estudam alunos surdos é ministrado o ensino da LGP. Esta disciplina é a língua materna 1 para os alunos surdos e, por isso, tem um programa específico homologado pelo Ministério da Educação. Apesar de ser reconhecida como língua oficial de Portugal, de existir a disciplina, de haver um programa e de os alunos serem devidamente avaliados nesta disciplina, quem ensina esta língua não é reconhecido como professor.

Estes profissionais, são, naturalmente, obrigados a cumprir nas escolas todos os deveres (cumprem o programa da disciplina, dão aulas, avaliam os alunos, participam nas reuniões,...) inerentes a qualquer outro docente, mas não lhes são reconhecidos os mesmos direitos.

Entretanto, o Ministério da Educação fez saber que o grupo de recrutamento iria ser criado, criando um grupo de trabalho para esse efeito, contudo, os tempos que foram estabelecidos para o grupo poder ser criado e os professores serem colocados já no âmbito do concurso de docentes e não de técnicos especializados, ficou adiado por dois anos. Para quem aguarda, há dez anos, que os compromissos sejam respeitados, mais dois anos soa a eternidade, até porque se trata de um compromisso, cuja concretização vai para lá do horizonte temporal da atual Legislatura.

Aceitando aguardar mais um ano, permitindo que o grupo de trabalho criado desenvolva um trabalho sério e rigoroso, os peticionários entendem que não se deve aguardar mais tempo, pelo que requerem:

- Que para 2018/19 a colocação dos docentes de LGP já decorra no quadro da legislação de concursos que se encontrar em vigor, tanto para contratação, como para acesso aos quadros e, conseqüentemente, à carreira;
- Que a colocação destes docentes, para o ano 2017/18, se realize antes de 1 de setembro, preferencialmente até final do próximo mês de Julho.

NOME	BI/CC	LOCALIDADE
Mano Oliveira Magalhães		Coimbra
Alvaro do Canto Pereira		Beira
Isabel Maria Oliveira de Sousa Dias		Lisboa
Ana Cristina Lavandeira Simões		Faro



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 577960
Classificação 15/81/1/1
Data 14, 06, 2017

...determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R. Solicite-se a
S. V.ª para Jato CORRUI
que passe a ser em
representação do S.º PAM

14.06.17

FENPROF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Sua Referência:

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia da República

Nossa Referência: FP-145/2017

Assembleia da República

Data: 14/06/2017

Palácio de São Bento

1249-068 Lisboa

Assunto: Entrega da Petição “Língua Gestual Portuguesa (LGP): não adiem a justa criação do grupo de recrutamento”

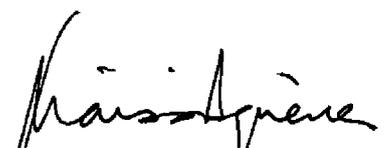
Excelência,

A FENPROF e a AFOMOS, organização que representa docentes de Língua Gestual Portuguesa, promoveram a Petição “Língua Gestual Portuguesa (LGP): não adiem a justa criação do grupo de recrutamento”, que tem, como principal objetivo, o reconhecimento dos profissionais que lecionam a terceira língua oficial do País – a LGP – como docentes e não técnicos especializados. É verdade que o Governo já anunciou que criará esse grupo, mas não é menos verdade que, três meses depois de constituído o grupo de trabalho que visa criar o grupo de recrutamento, não se conhece qualquer atividade que tenha sido desenvolvida. Neste quadro de indefinição sobre como e quando será criado o grupo de recrutamento, surgem situações ou informações que muito preocupam os docentes de LGP. Desde logo, o programa de regularização de vínculos na Administração Pública (PREVPAP), não sendo claro que estes professores se devam integrar no mesmo, ainda que não tenham qualquer alternativa que seja promotora da sua estabilidade de emprego; por outro lado, no projeto de diploma legal que o governo pretende aplicar na Educação, após a aprovação da lei quadro sobre descentralização, propõe-se que o pessoal técnico da Educação Especial seja transferido para a tutela dos municípios, o que está, igualmente, a afligir estes professores que, por ora, são considerados técnicos especializados pelo Governo.

Pretendem, agora, FENPROF e AFOMOS, entregar a V. Ex.ª a Petição promovida, que já reúne mais de 4.000 assinaturas. Para esse efeito, propõe-se a V. Ex.ª a realização de uma audiência no próximo dia 26 de junho, pelas 15:30 horas, dia em que a Presidente da AFOMOS, que reside no Porto, terá de se deslocar a Lisboa para uma reunião no IAVE, evitando, dessa forma, segunda deslocação. Solicitamos, por último, que nessa audiência esteja presente uma intérprete de Língua Gestual Portuguesa, na medida em que os representantes da AFOMOS são pessoas surdas.

Certos de ser possível corresponder às nossas solicitações, agradecemos antecipadamente a atenção dispensada.

Com os mais respeitosos cumprimentos


Mário Nogueira
(Secretário-Geral da FENPROF)
Alexandra Perry
(Presidente da AFOMOS)